

leitores novas "costuras" entre os trabalhos que enriquecerão os debates sobre os *dispositivos urbanos* vigentes nas cidades contemporâneas. Antes de finalizar, gostaria de destacar a relevância ética e política dos textos, que fazem circular visões minoritárias sobre as cidades e sobre as violências presentes nas formas de governar as populações pobres.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p217>

FRANÇOZO, Mariana de Campos. 2014. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 287 pp.

Rita de Cássia M. Santos

Doutoranda do PPGAS/MN/UFRJ

A problematização da coleção de Maurício de Nassau, formada durante seus anos de administração da possessão holandesa no Nordeste do Brasil (1637-1644), é o pano de fundo no qual Mariana Françaço tece seu primoroso livro. Busca a autora reestabelecer as diferentes temporalidades da coleção em seus processos de formação, circulação e dispersão, apostando que o desenrolar dessa imbricada rede a guiará às conexões atlânticas que, no limite, identificam o colecionismo do século XVII aos jogos políticos do circuito colonial. Ao abordar o processo de formação e circulação da coleção de Nassau, Françaço permite entrever ainda a dinâmica de produção de saberes sobre o Brasil nos Países Baixos da época Moderna, observada e analisada a partir das práticas sociais.

Desdobramento de sua tese de doutoramento em antropologia pela Unicamp, sob supervisão do ilustre professor John Monteiro, este trabalho combina uma aguçada pesquisa histórica com uma criativa linha de investigação antropológica,

que pode ser apreciada a partir de três eixos.

Em um primeiro eixo, o livro apresenta os modos pelos quais o colecionismo do século XVII imbrica-se com as rotas comerciais e de dominação colonial. Os objetos colecionáveis confundem-se com os itens de comércio, e as pessoas que os trocam, com os agentes coloniais. Os casos analisados do percurso da bacia de prata e dos chapéus de Castor, trocados entre Nassau e representantes do Congo, apresentam as dinâmicas coloniais que punham em contato áreas tão distantes quanto Holanda, África, Peru e Pernambuco e que fortaleciam o comércio de açúcar e de escravos. Ainda sobre a bacia de prata, a investigação da sua origem remonta ao Peru. Segundo a autora, a bacia deve ter seguido para a África por meio de comerciantes, lá utilizada para compra de escravos e posteriormente presenteada a Nassau. As coleções, como demonstra a autora, não são fixas e perenes, ao contrário, o seu valor reside justamente no movimento. As trocas, as permutas, as inclusões eram frequentes e justificavam a sua importância.

Ainda nessa direção, Françaço analisa um conjunto de instigantes questões postas a partir da aplicação do conceito de dádiva às práticas colecionistas do século XVII. Elaborado por Marcel Mauss, o conceito de dádiva buscava compreender as implicações do sistema de trocas na conformação das relações pessoais, dito de outro modo, como a troca de objetos converte-se em laços pessoais. Aqui, Françaço o utiliza para compreender os sentidos e os significados das múltiplas doações que envolvem a formação da coleção e sua posterior dispersão no contexto europeu e americano, entre europeus e populações autóctones. Como resultado, percebemos os diferentes caminhos pelos quais Nassau, a partir de sua coleção, constrói um nome de prestígio, o bem

simbólico maior na sociedade de corte. Para alcançar essa conclusão, a autora investigou as sucessões de bailes, mascaradas, teatros, apresentações, empréstimos e uma série de outros mecanismos utilizados por Nassau na apresentação, divulgação e doação de sua coleção. Os objetos e coisas em circulação tornam-se a materialidade das próprias redes de relações. Vemos assim como o mecanismo de troca material e simbólica se faz central não apenas na compreensão da coleção, mas no cenário político mais amplo das relações estabelecidas pelos europeus nos domínios coloniais.

Em um segundo eixo, podemos destacar a análise que Françaço empreende sobre o campo científico da época. Segundo a autora, a ocupação holandesa das terras americanas foi precedida pela informação do Novo Mundo. Os Países Baixos concentravam um dos maiores mercados editoriais do mundo desde o século XVI. Sua população letrada, a maior da Europa, rapidamente absorveu a invenção de Gutemberg. Entre os séculos XVI e XVII, cerca de 3 milhões de livros haviam sido produzidos por seu mercado editorial. Desse conjunto, destacam-se as coleções de relatos de viagem, usuais desde o início das grandes navegações. Desse modo, o comércio, as viagens e a produção de conhecimento científico encontravam nos Países Baixos um terreno fértil. Ao analisar o conjunto de obras científicas integrantes da coleção nassoviana, Françaço demonstra que sua produção não correspondia a uma obra individual, mas sim coletiva, na qual intervinham diferentes atores e temporalidades. Não apenas eruditos europeus têm espaço; a participação das populações autóctones aparece com uma vivacidade difícil de ser encontrada em outras obras. Conhecer sua participação na vida política e científica é um dos elementos primordiais que nos oferece o trabalho de Françaço.

Por fim, ao focar uma coleção de transição dos registros do século XVI, que têm as “maravilhas” e as excepcionalidades como mote, para os registros mais exploratórios e científicos do século XVIII, Mariana Françaço nos permite conhecer melhor como funcionavam na prática social os mecanismos de reconhecimento e dominação colonial postos em curso nesse momento e suas ligações com o campo científico da época, bem como as relações estabelecidas pelos holandeses com o Novo Mundo. A curiosidade holandesa pela fauna, a flora, as populações autóctones aparece de modo vívido e dinâmico. Embora não seja objetivo primeiro do seu trabalho, o livro de Françaço permite que acessemos um interessante quadro da época moderna, em que podemos conhecer desde a formação humanística dos jovens nobres dos Países Baixos, até as relações estabelecidas com as populações autóctones e as conexões existentes entre ciência e Novo Mundo. O livro descortina assim o “processo mais amplo de circulação de saberes sobre o Novo Mundo” e torna-se leitura obrigatória para antropólogos, historiadores e todos aqueles interessados tanto no estudo dos domínios do campo científico quanto no do colecionismo, além de oferecer outra via de análise do período nassoviano no Brasil.

O livro foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, Mariana Françaço apresenta ao leitor o conjunto de conexões holandesas no Atlântico (incluindo pessoas, coisas, conhecimento) no século XVI, o traçado das conquistas holandesas e um breve perfil sociopolítico de Nassau; no segundo capítulo, apresenta a composição da comissão nassoviana, as modificações urbanísticas empreendidas pelos holandeses em Pernambuco, um esboço dos itens até então colecionáveis e os primeiros processos de formação da coleção; no terceiro capítulo, conhecemos

as representações produzidas, o estado da História Natural e a singularidade da contribuição holandesa nesse domínio, e a circulação da coleção e de pessoas entre a Europa e o Brasil; por fim, no quarto capítulo, os processos de circulação e dispersão da coleção. Compõe ainda o livro um epílogo no qual a autora apresenta suas conclusões gerais e um caderno de imagens com alguns elementos singulares, como o recorte de pergaminho do século XVII no qual aparecem cenas cotidianas do palácio Vrijburg (erguido por Nassau em Recife); as imagens de Caspar Schmalkaden, soldado de Nassau, que oferecem o registro dos objetos colecionados pelo comandante; e as imagens dos usos do manto tupinambá por mulheres da nobreza holandesa.

Por tudo isso, *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau* é sem dúvida uma contribuição singular ao campo do estudo do colecionismo, da história da ciência e do período nassoviano no Brasil.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p219>

JAMES, Allison. 2013. *Socialising children*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 204pp.

Flávia Ferreira Pires

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Um ano antes de aposentar-se, Allison James, respeitada professora e pesquisadora, pioneira da área dos Estudos da Infância (inicialmente chamada de Novos Estudos da Infância), lança o livro *Socialising children*. A ideia central é a confirmação de que as crianças socializam-se a si mesmas. Trata-se de um longo debate na área dos Estudos da Infância que, como paradigma dos anos 80, enfatiza a agência das crianças na sua própria

socialização. Ao fazê-lo entra em rota de colisão com os sociólogos clássicos, como Durkheim, a partir do seu entendimento do que seja a "socialização", largamente focado na geração que socializa a geração mais nova; e com a psicologia com viés universalizante e evolucionista, a exemplo de Piaget e seu conceito de "desenvolvimento infantil".

Mas nada disso é novo. O que o livro traz de novo é uma revisão ampla e madura do processo de socialização infantil (afinal, a socialização não cessa ao fim da infância), em que pesa, em primeiro lugar, a ação das crianças mesmas, mas também entram em cena instâncias que poderíamos chamar societais e culturais que, através dos sistemas econômicos, legais, políticos e sociais, têm papel importante na vida das crianças. A extensão da influência da sociedade na vida das crianças é o que James vem chamando, nesta e em outras publicações, de "políticas culturais da infância". É nesse sentido que lemos a ambiguidade proposital no título: as crianças também "são" socializadas.

Pensar como as crianças são socializadas pode parecer um retrocesso e quiçá um movimento contrário à trajetória de pesquisa da autora. Mas não se trata disso. Trata-se de reconhecer a necessidade de aprofundar o debate teórico a partir de um ponto de vista de uma área de pesquisa já consolidada, sem receio de reconhecer a complexidade da vida cotidiana das crianças. Em momento algum a autora exclui as crianças dos processos sociais. Em todo o livro é do ponto de vista das crianças que se parte. Este é o desafio, fazer ciência social que inclua as crianças como sujeitos de pesquisa que, como os adultos, reproduzem, recriam e inventam formas de estar em sociedade.

O livro pontua a necessidade de estudos com crianças como crucial para o entendimento da vida social, mas sem